

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM BELÉM-PA: reflexões e narrativas

### SOCIAL SERVICE AND WORK WITH FAMILIES IN HOUSING POLICY IN BELÉM-PA: reflections and narratives

Ethiene da Purificação dos Anjos Santos<sup>1</sup>  
Cilene Sebastiana da Conceição Braga<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que analisou o trabalho social com famílias realizado no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), no município de Belém/PA. A pesquisa foi orientada pelo método crítico e dialético, como metodologia adotou-se a análise bibliográfica de artigos científicos, dissertações, teses e livros, contou também, com a pesquisa de campo. Os resultados indicam que as requisições que convocam o trabalho de profissionais de Serviço Social, que os limites e desafios postos ao cotidiano desse trabalho na habitação - têm se dado em uma esfera contraditória de disputa de diferentes projetos societários, em espaços de gestões institucionais responsáveis pela efetivação dos programas habitacionais, e que, portanto, são responsáveis pela contratação de assistentes sociais para direcionamento do trabalho social na habitação

**Palavras-chaves:** Serviço social; trabalho com famílias; política de habitação.

#### ABSTRACT

This article presents part of the results of a research that analyzed social work with families carried out within the scope of the Municipal Housing Secretariat (SEHAB), in the municipality of Belém/PA. The research was guided by the critical and dialectical method, as a methodology the bibliographic analysis of scientific articles, dissertations, theses and books was adopted, as well as field research. The results indicate that the requests that call for the work of Social Service professionals, that

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, [ethiene.epas@gmail.com](mailto:ethiene.epas@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); Pós-doutorado em Política Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE/Portugal; [cilene@ufpa.br](mailto:cilene@ufpa.br)

the limits and challenges posed to the daily life of this work in housing - have taken place in a contradictory sphere of dispute between different corporate projects, in spaces of institutional management responsible for implementation of housing programs, and who, therefore, are responsible for hiring social workers to direct social work in housing

**Keywords:** Social service; work with families; housing policy.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender a complexidade do trabalho do/a assistente social e o *modus operandi* da intervenção com famílias no âmbito da política habitacional, no município de Belém do Pará. No emaranhado das reflexões apresentadas sobre a concessão da política social de habitação e o trabalho do/a assistente social com famílias – também traz análises de diferentes tempos cronológicos da história do Serviço Social, a trajetória do trabalho social na política de habitação narrativas de profissionais que atuam na respectiva área, tecendo as particularidades dos interesses, das formas de ação e organização do trabalho social com famílias no espaço urbano.

Este estudo foi orientado pelo método do materialismo histórico e dialético e os procedimentos metodológicos basearam-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo mediante entrevistas semiestruturadas realizadas com três assistentes sociais que atuam na Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). A realização da presente pesquisa se deu em tempos pandêmicos, em uma conjuntura marcada por medidas tomadas por um governo cruel e arbitrário, na gestão Jair Bolsonaro a palavra habitação pouco apareceu, após sua eleição, às sucintas ocasiões que fez menção à questão da habitação esteve vinculada a tentativas de erradicar áreas de invasões trazendo propostas desconectadas das particularidades da realidade do país - e ainda, reprimindo duramente famílias com baixa renda, na tentativa de criminalizar a pobreza daqueles/as que procuram um lugar para morar/habitar.

Seus primeiros anos de governo revelam o profundo desmonte da política habitacional, em 2019 não se teve iniciativas e nem discussão de propostas para a área, em 2020 a gestão bolsonarista lança o Programa Casa Verde Amarela que passou a exigir comprovação de renda das famílias, não admitindo rendas instáveis, denotando assim um caráter excludente ao não englobar famílias de baixa renda no referido programa. Em 2021, ocorre um significativo corte orçamentário de recursos destinados para a política de habitação, e posteriormente, a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ficando “ativas” apenas obras remanescentes

– com orçamentos designados para finalização de empreendimentos habitacionais já existentes.

Assim, partindo de uma perspectiva de análise crítica e dialética, para se apreender a raiz dos processos que constituem a realidade da política habitacional e as singularidades do cotidiano profissional de assistentes sociais amazônidas, que estão à frente da execução do trabalho social na cidade de Belém/PA, que as autoras do respectivo artigo teceram nas alíneas abaixo ponderações para se refletir e pensar sobre as expressões da questão social na área habitacional a partir dos eixos Trabalho, Questão Social e Políticas Públicas.

## **2 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO: CENÁRIOS, ATORES E PRÁTICAS**

Referente às protoformas do Serviço Social no Brasil, cabe explicitar que o debate sobre a emergência e o significado sócio-histórico da profissão não podem estar dissociáveis das condições históricas que determinaram a vida em sociedade e a reprodução das relações sociais. Por essa razão, não podem ser analisadas sem estarem vinculados às diferentes fases do modo de produção capitalista (seu estruturamento e suas controvérsias), em virtude do Serviço Social como profissão ter a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis subjacentes – alienação, contradição e antagonismo.

O Serviço Social foi requisitado para atuar no contexto da produção e reprodução da vida da classe trabalhadora – tomando como ponto de referência o modo de produção capitalista, em sua fase industrial e as questões inerentes a este modo de produção, cabe ressaltar que esta etapa foi um momento da história que ocasionou uma expressiva transformação na organização da sociedade e nas suas relações. A partir do estabelecimento do modo de produção capitalista na condição de estrutura econômica e social, o trabalho passou por uma fase de transição, em que seu principal objetivo se deu no domínio da produção, do lucro e o crescimento do capital. Foi em uma época marcada pelo estabelecimento de um cenário de modificações nas relações sociais, que o trabalho perde seu sentido ontológico e apropria-se de características que o transforma em mercadoria com estipulado valor atribuído.

É em um cenário conflituoso de interesses opostos e contraditórios, que se gestam as problemáticas na vida social cidadina - no contexto brasileiro, a título de exemplo, as cidades

foram delineadas em conformidade com o processo de exploração do trabalho pela burguesia, que historicamente dispôs do domínio da aquisição do acesso à terra. Ao realizar análises sobre a origem da habitação no Brasil, Bonduki (1998) destaca que no período anterior ao capitalismo financeiro, no caso, o capitalismo industrial, em meados da década de 30, a questão da habitação era marcada por um grande contingente populacional que subsistia em moradias precárias, desprotegidos/as, geralmente em casas locadas, com baixíssima qualidade e construídas pela iniciativa privada - nesta mesma década, o Serviço Social emergia na conjuntura nacional, pode-se afirmar que a questão da habitação foi uma problemática inserida na agenda da profissão desde seu processo de consolidação no Brasil.

Segundo Yamamoto (2014), à proporção que presenciavam na prática o quadro de “problemas sociais”, assistentes sociais notavam a necessidade de interferir “na crise de ‘formação moral, intelectual e social’ da família”. Isto é, no tratamento com as famílias, assim conduziam as intervenções urbanas por meio da estruturação de metodologias de trabalho social (TS) que “reajustavam” os indivíduos. Por meio de práticas socioeducativas, as situações de habitação do operariado começaram a ser averiguadas a partir de inquéritos e de levantamentos em bairros aos quais trabalhadores/as residiam, a constatação da precariedade de condições sanitárias era protocolada estatisticamente, bem como as consequências morais.

No trato com famílias, a investigação social desdobrava-se a partir do entendimento da pobreza urbana, sob uma ótica de recolha de dados empíricos e de seu diagnóstico morfológico. É característica deste período o cariz humanista disciplinador e moralizante contrário a abrangência das determinações estruturais e das tendências críticas. Assim, com objetivo de recuperar a dignidade da pessoa humana, os/as assistentes sociais direcionavam seu trabalho a partir da organização e mobilização comunitária, utilizando-se de metodologias baseadas nas técnicas de Caso, Grupo e Comunidade.

Na perspectiva de preservar e fortalecer os vínculos comunitários, os/as assistentes sociais estabeleciam seu trabalho a partir de ações centradas em atividades de sensibilização e organização das comunidades carentes, neste período os/as profissionais tinham como subsídio teórico-metodológico e técnico-operativo abordagens de viés conservador. Sobre o referido período, Pardillos (2015) reitera que na década de 40 - o/a assistente social já se fazia presente nos programas voltados às favelas - mediando a relação entre Estado e famílias em situação de pobreza, sobre isso a autora enfatiza que as favelas expandiam como opção de sobrevivência

para famílias que, mesmo com membros inseridos no mercado de trabalho, possuíam remuneração insuficiente para o suprimento de suas necessidades básicas.

Em 1950, continuava a utilização da técnica do DC. Naquele momento, o cenário brasileiro experimentava o alicerçamento da diretriz monopólica – Vargas (1950-1954) reassumia o Governo e deliberava projetos populistas. Neste estágio do desenvolvimentismo, o Serviço Social apropriou-se do método DC e o utilizou como ferramenta de mediação na relação entre Estado e sociedade – que buscava compreender a realidade imediata a ser alvo de intervenção, à título de exemplo, os/as profissionais procuravam conhecer a realidade da comunidade e desenvolver estratégias para enfrentamentos dos problemas comunitários da referida área de intervenção.

Com o regime militar no Brasil, em 1964, período denominado por Netto (2011), de autocrático burguês, configurava além do desenvolvimento econômico, os interesses e o poder da burguesia. A autocracia burguesa foi consolidada no Brasil, por uma organização político-institucional com bases no fortalecimento do Estado e na repressão política das organizações populares, o que demonstrava a forma de desenvolvimento e de planejamento seletivo e conservador. Para Maricato (2000), este momento altera ligeiramente o padrão de produção das cidades brasileiras, de acordo com a autora, as modificações iniciam com a implantação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), desenvolvidos por conta da intensificação demográfica nacional. Com o intuito de reduzir os problemas habitacionais no cenário nacional, o BNH significou o princípio de uma política cujo objetivo garantia a integração do sistema e buscava impulsionar a economia, incrementando a construção de moradias populares, a produção de moradias se dava em um cenário “de nenhuma transparência e controle dos gastos públicos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, P. 137).

Segunda Paz e Diniz (2018), a partir do BNH, o TS passou a integrar programas de habitação de interesse social, sobretudo, os processos de “atendimento de grupos mutuários, de média e baixa renda, dos projetos e programas das Companhias municipais e estaduais de Habitação (COHABS) e das Cooperativas Habitacionais” (PAZ; DINIZ, 2018, P.8) - o TS na primeira etapa do BNH teve como ponto central a seleção de moradores, impondo um forte modelo administrativo e de gerenciamento da demanda sobre cada moradia e sobre as ocorrências de inadimplência. Paz e Taboada (2010), apontam que em 1970 outra experiência relevante do BNH para a percepção do TS foi a vivência nos conjuntos e cooperativas de habitação instituídos pelos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPS). Em meados de 1975,

o BNH recomendou o direcionamento da atuação para famílias de baixa renda (com até três salários-mínimos) e propôs ações para a erradicação de sub-habitações situadas em áreas irregulares.

As práticas profissionais do/a assistente social estavam direcionadas aos quesitos da participação e da organização comunitária dos/as favorecidos/as pelos programas/projetos da época, e também, centralizava-se no debate e orientações sobre os direitos e incumbências dos mutuários. Neste período, “o trabalho social adquiriu um caráter menos administrativo e orientava-se no sentido que o mutuário se assumisse como cidadão, com consciência de seus direitos e deveres e da importância de sua participação ou protagonismo social” (PAZ; TABOADA, 2010, P. 46-47).

Conforme exposto por Paz e Diniz (2018), nesta etapa da história o Serviço Social passava por um momento de transição, ou seja, encontrava-se debatendo sobre uma nova abordagem teórico-metodológica, ideológica e técnico-operativa. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi um marco simbólico para a profissão, uma vez que permitiu a redefinição da dinâmica profissional. As particularidades da expressão do Reconceituação no contexto brasileiro possibilitaram uma nova análise ao Serviço Social perante a conjuntura política da época – assim, ocorreram mudanças no direcionamento da profissão, por meio de inquietações sobre as intervenções dos/as profissionais em relação as expressões da questão social, assim, interrogava-se “sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiram na cena política (NETTO, 2011, P. 146).

Conforme Netto (2011, p. 250), três tendências compuseram o Movimento de Reconceituação: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo; e, a intenção de ruptura. Em síntese, as duas primeiras perspectivas não proferiram críticas à ordem monopólica no cenário brasileiro – já a terceira tendência, buscava romper com o “tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 2011, p. 250).

No âmbito da consolidação das novas bases teóricas para a profissão, na conjuntura brasileira ocorriam mobilizações políticas, de um período marcado pela busca da democratização da sociedade, pela reinserção da classe trabalhadora no cenário político brasileiro, pelas lutas para acesso e expansão dos direitos sociais. Santana (2021) reitera que as

décadas de 70 e 80 foram marcadas pela aproximação do Serviço Social brasileiro às lutas dos movimentos sociais, na luta pela moradia digna e pelo direito à cidade - ao se juntar aos movimentos sociais e ao somar na luta pelos direitos sociais na esfera da política urbana e habitacional, os/as assistentes sociais que trabalhavam em programas/projetos vinculados à política habitacional passaram a recusar abordagens de trabalho baseadas no modelo de remoção de famílias isoladas e de grupos de famílias a qualquer custo e em “nome” da propriedade privada, problematizavam intervenções vinculadas ao emblema da “limpeza urbana dos pobres” (SANTANA, 2021, s/p).

Com o fim do governo ditatorial, se tinha a expectativa de formular novas propostas para a pauta da habitação no país, contudo, no ano de 1985 com a extinção do BNH, presenciou-se um hiato em relação à Política Habitacional de Interesse Social no contexto brasileiro, bem como, o desordenamento da esfera federal, a redução da capacidade de tomada de decisões e a contenção significativa de recursos direcionados para a área habitacional (NALIN, 2013). Com a ausência do BNH, o direcionamento da política habitacional passou a ser gerida de forma descentralizada por diferentes órgãos de cariz governamental, dentre eles a CAIXA, que ficou responsável pela administração das atividades antes coordenadas pelo BNH - assim, tanto a questão urbana, sobretudo a habitacional ficou vinculadas a este novo órgão, que na ocasião não tinha como eixo central a questão da habitação social.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal (CF), na ocasião, estados e municípios ficaram responsáveis pelo incentivo ao desenvolvimento de programas habitacionais, entretanto, mesmo com a prerrogativa de expansão - não se tinha uma política nacional definida com diretrizes, critérios e financiamento. Paz e Diniz (2008) apontam que desde a década de 80 até meados de 2003, a política habitacional fica sob responsabilidade de diferentes órgãos “[...] revelando as indefinições políticas e o período de crise financeira que restringiu empréstimos para a produção de moradias por estados e municípios. O trabalho social, sob o comando da Caixa, restringiu-se a execução dos programas e projetos herdados do BNH [...]” (PAZ; DINIZ, 2018, p. 9).

Segundo Santana (2021), a partir de 1990, um conjunto de normativas passaram a orientar o TS em projetos urbanísticos e habitacionais, como exemplo, se tem as normativas do Programa Habitar Brasil (BID). A partir de 2003, momento pós deferimento do Estatuto da Cidade, se tem a institucionalização do Ministério das Cidades (MCidades), que definiu a obrigatoriedade do TS na Política Habitacional de Interesse Social (PHIS); e, que desde 2003 até

meados de 2019 (com sua extinção) promulgou Portarias e Instruções Normativas<sup>3</sup> sobre o TS em programas e projetos de intervenção habitacional.

Assim, na política habitacional os/as assistentes sociais no processo de consolidação do Trabalho Técnico Social (TTS), passaram a compor equipes multidisciplinares para o direcionamento do Trabalho Social nos municípios, inclusive foram inseridos/as em programas de reassentamento, regularização urbanística e fundiária e no PMCMV. Para mais, nos diferentes programas o trabalho social passou a ser efetivado junto às famílias beneficiárias e/ou às comunidades sujeitas à intervenção do poder estatal - as atividades/intervenções deveriam ocorrer assentadas nos eixos norteadores do Projeto de Trabalho Social (PTS).

Outro ponto a considerar, é que as requisições profissionais passaram a ser materializadas a partir de uma perspectiva intersetorial, com o objetivo de evitar a fragmentação da política habitacional, já que as famílias atendidas possuíam demandas para além da questão habitacional, assim, em um momento mais recente os/as técnicos/as sociais depararam-se com a necessidade de formular estratégias para uma atuação integrada às redes de serviços de outros setores, tendo em vista realizar encaminhamentos e resolver as situações complexas vivenciadas pelas famílias beneficiárias. Na contemporaneidade os/as assistentes que integram equipes de TS na política urbana e habitacional deparam-se com desafios cada vez mais complexos - os entraves que confrontam o Serviço Social “reeditam ‘velhas’ e históricas situações e colocam na agenda novos desafios diante da barbarização da vida em contexto de crise do capital e em contexto de particularização do avanço acelerado do reacionarismo e do conservadorismo no Brasil” (BOSCHETTI, 2017, P. 55).

O TS é um campo contraditório, permeado por diferentes concepções e significados, por disputas entre as classes, sua execução ocorre de forma heterogênea, é atravessado por tensões entre os interesses do grande capital e da classe trabalhadora luta pelo acesso ao direito à moradia. Nessa conjuntura, são colocadas exigências para a operacionalização do trabalho direcionado às famílias beneficiárias, são cobradas respostas profissionais para as demandas das famílias atendidas; além disso, as instituições contratantes cobram o retorno das atividades realizadas, para assim se ter um panorama das metas atingidas a partir do TS.

---

<sup>3</sup> Dentre elas: a Instrução Normativa, nº 8 de 26 de março 2009, a Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011, a Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014, a Portaria nº 464 de 25 de julho de 2018.



Ao longo desta seção, pôde-se refletir sobre a dinâmica da vida social, os momentos históricos e conjunturais que atravessaram as condições e as relações de trabalho dos/as assistentes sociais no âmbito da política habitacional. Para mais, verificou-se a dialética da questão da moradia como direito social, mas também a moradia como mercadoria sendo alvo de programas de financiamento e objeto de interesse do mercado imobiliário. A seção a seguir, discorre sobre o trabalho do/a assistente social com famílias na habitação e traz reflexões e narrativas de técnicos/as sociais, apresentando as particularidades do TS desenvolvido na política habitacional de Belém/PA.

### **3 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM BELÉM/PA: REFLEXÕES E NARRATIVAS**

É necessário reconhecer que a estrutura da Amazônia na contemporaneidade, decorre de todo um processo histórico herdado, que teve relação direta com a produção e a reprodução do capital, assim, interesses/aspectos nacionais e internacionais delinearam e permanecem delineando a formação do território amazônico. A perspectiva de crescimento/expansão a “qualquer custo” tornou a região amazônica objeto atrativo para intervenções de integração e investimentos, deste modo, o processo de ocupação da região repercutiu em fatores que intensificaram as expressões da questão social, dentre eles: a questão da habitação.

Referente ao município de Belém do Pará, cidade situada na região amazônica, Cruz (2012), em seus estudos sobre a questão da moradia aponta que a estrutura da região belenense reproduz a mesma realidade das outras cidades brasileiras. Segundo a autora, Belém sofre historicamente com o aprofundamento da segregação espacial, tal situação reforçou/reforça cenários de desigualdades, de precarização da vida social de frações da classe trabalhadora que se reproduzem em áreas periféricas da cidade, geralmente em áreas de “baixadas”.

Portela (2011), ao refletir sobre a segregação urbana em Belém na transição do século XX para o século XXI, atribui este fenômeno a questão da ocupação de territórios de forma precária e irregular por famílias que buscam melhores condições de vida e acesso aos equipamentos urbanos, também ressalta a falta de infraestrutura sanitária e a negligência dos dispositivos de “administrações municipais com a qualidade dos programas de políticas urbanas completavam o quadro de agravamento da miséria social e da degradação ambiental [...]” (PORTELA, 2012, P. 19).

Com objetivo de enfrentar e reduzir déficit habitacional, em 1998, foi criada a SEHAB, como espaço institucional ligado à Prefeitura de Belém vinculada a política habitacional, com o objetivo de planejar, executar e avaliar a respectiva política a partir da concessão do acesso de famílias de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade a moradias. No que concerne a SEHAB, a responsabilidade da condução do TS em programas e projetos habitacionais é feita pelo Departamento Social (DESO). Cabe registrar que o Serviço Social é a única profissão que compõe e encaminha o TS no âmbito da Secretaria. A equipe que executa o TS é composta por assistentes sociais na condição de cargos comissionados contratados/as pela gestão municipal.

Para contribuir com reflexões acerca da dimensão da intervenção do TS com famílias na habitação, apresentar-se-á narrativas de profissionais - a análise dará ênfase à questão das metodologias de intervenção e aos desafios que atravessam o trabalho profissional. Revelam-se, nos relatos dos/as entrevistados/as que não há metodologias “fechadas” ou elaboradas pela equipe na condução do trabalho com famílias, seja de forma autônoma ou por meio de orientações existentes nos documentos da Caixa Econômica e do MCIDADES.

Quando questionada sobre a metodologia utilizada no âmbito do trabalho, a **Assistente Social 2** indica que não há um aspecto metodológico fechado, mas que sempre segue ações de fazer a triagem no atendimento, verificar a situação da demanda, ela relata que geralmente faz inscrição via sistema ou manualmente e realiza escuta especializada. E que mediante a tais ações enfrenta desafios na prática profissional devido a infraestrutura, a instabilidade empregatícia e a alta demanda para um número reduzido de profissionais. Já a **Assistente Social 3** indicou que “não há nada direcionado à família”, que na Secretaria não tem nenhuma orientação específica no atendimento e este por sua vez é pensado na pessoa titular, que é a representação da família em si e que ainda não tinha pensado em elaborar algum instrumento que abarque questões direcionadas à família.

É possível verificar a ausência de metodologias para encaminhamento do trabalho com famílias quando se constata que as ações do TS trazem em seu bojo elementos que ficam restritos ao campo discursivo, do que é feito ou realizado no âmbito da materialização do TS a partir das demandas institucionais (SANTOS, 2021). Brasil (2010) destaca sobre a necessidade de ter um delineamento que direcione o trabalho social, que não seja um modelo “pronto e acabado”, mas que se tenha um desenho metodológico de orientação que norteie a materialização do TS nas localidades de intervenção. Os dados apresentados permitem refletir sobre as “brechas” e entraves que atravessam o cotidiano do TS, demonstram o quanto precisa

avançar no aprofundamento dos elementos estruturantes do trabalho social com famílias na política de habitação, principalmente no que concerne à articulação da dimensão técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-político orientada pelo projeto profissional.

Portanto, se quer ratificar a necessidade de criação de estratégias e metodologias de intervenção que considerem os principais eixos norteadores do TS e que atendam as especificidades da realidade social das famílias beneficiárias; e ainda, que viabilizem propostas de formação continuada para qualificação da atuação profissional dos/as técnicos/as sociais, para que se potencialize a apropriação e o desenvolvimento de instrumentos, técnicas e procedimentos contínuos, relacionais e permanentes, dentro das competências da ação profissional na habitação. Mais à frente, quando questionados/as sobre os desafios do cotidiano profissional com famílias, os/as entrevistados/as destacaram que os principais estão vinculados à dinâmica do trabalho profissional, das relações estabelecidas no cotidiano institucional, ao vínculo empregatício, ao sigilo, autonomia profissional e à questão da subjetividade.

Na narrativa da **Assistente Social 1**, verifica-se que o maior desafio para ela é a questão do vínculo empregatício que compromete também a continuidade da realização do TS com famílias, a entrevista declarou que o contrato em vigência irá terminar e a saída de profissionais implica na continuidade das ações e que isso reverbera também no processo de trabalho com famílias. Quando questionados/as sobre os desafios enfrentados no cotidiano do trabalho com famílias, a **Assistente Social 2** respondeu que é muito conflitante para os/as profissionais de Serviço Social garantirem o direito de forma integral, uma vez que diante das prerrogativas/critérios da instituição, ainda que os/as assistentes sociais identifiquem vulnerabilidade e demandas complexas das famílias, elas ainda sim ficam de fora quanto ao recebimento da moradia. Para a **Assistente Social 3** o dilema está no atendimento de famílias que já foram remanejadas de determinados locais e precisam ser atendidas urgentemente, uma vez que já enfrentam um período de longa espera e que dependem do auxílio moradia que muitas das vezes não cobre a prerrogativa da locação de habitações temporárias.

Os relatos acima sinalizam as contradições e implicações que são tidos como desafios no âmbito da estruturação do TS com famílias. Os dados apresentados assinalam que no campo institucional os/as assistentes sociais deparam-se com uma linha tênue, entre receber requisições institucionais para encaminhamento do TS; e, por outro lado, percebem os efeitos das ações de “transitoriedade” na vida das famílias - uma vez que a espera, o

deslocamento/saída do território, as mudanças de gestão e as discontinuidades do TS provocam incertezas e fragilizam o vínculo de confiança entre os/as técnicos/as sociais e às famílias atendidas pela instituição.

Em termos de respostas no campo da política de habitação deparamo-nos com as requisições ao trabalho do/a assistente social, por meio do TS - que de acordo com Santana (2021), é um dos poucos trabalhos que dá a possibilidade de estar perto das pessoas que mais sofrem com a barbárie do capitalismo. Apesar da essencialidade e das alternativas que podem ser direcionadas para a resolução das demandas das famílias atendidas, não se pode deixar de problematizar a necessidade de: 1) viabilizar uma política estável de habitação, com recursos permanentes que minimizem o déficit habitacional; 2) a reversão do raciocínio gerencial de gestões burocráticas sobre as práticas profissionais; 3) a rotatividade de profissionais na execução do TS mediante contratos precários e/ou cargos comissionados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Agudização da questão urbana e habitacional, insuficiência da terra urbana, ascensão do valor dos imóveis, constante domínio do capital em relação às cidades, elevado índice de famílias com baixa renda que residem em áreas irregulares, os desafios que entrecruzam o trabalho dos/as assistentes sociais na política habitacional são inúmeros, que perpassam desde o conhecimento dos componentes, das diretrizes e parâmetros que norteiam as ações do TS, a questão da gestão da política habitacional nos municípios, o orçamento e a destinação de recursos para efetivação da política, e ainda, a necessidade de construção de estratégias de metodologia de trabalho para operacionalização do trabalho social na localidade de intervenção.

Para mais, constatou-se a ausência de diretrizes para a gestão do TS com famílias e fragilidades que têm permeado o processo de contratação de assistentes sociais para a execução do trabalho social na política habitacional - cabe expor, o quão se faz necessário problematizar sobre o TS com famílias e os limites que esbarram na categoria profissional, dentre eles a imprecisão sobre o trabalho que é executado e sua discontinuidade devido a contratos precários e/ou subcontratos que acabam prejudicando a condução das atividades com as famílias.

Portanto, se quer deixar a partir deste artigo reflexões para se pensar estratégias/mecanismos que forneçam respostas às famílias atendidas e aos assistentes sociais que estão à frente da execução do TS. Se quer problematizar a necessidade de reafirmação de um TS comprometido com o direito à cidade, com a organização e a participação de famílias; se quer problematizar sobre de que forma estão sendo asseguradas as condições de acesso à política habitacional na atualidade; se quer promover discussões sobre quais resistências podem ser construídas em meio a conjuntura vigente - tais questionamentos são necessários, porque lá nos territórios com condições precárias de moradia, insalubres, escassos de infraestrutura estão as famílias em situação de pobreza, que fazem parte da estatística do déficit habitacional nas escalas regional e nacional.

### REFERÊNCIAS

- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei de inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FADESP, 1998.
- CRUZ, S. H. R. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus**. Tese (Doutorado). NAEA/PPGSDU, Belém, 2012.
- IAMAMOTO; M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 41. ed. - São Paulo, Cortez, 2014.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. Ano IV, v. 14, n. 14, out./dez., 2000.
- NALIN, N. M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate**. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUCRS, 2013.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social – Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PARDILLOS, N. **O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias: atualização de antigas requisições**. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC-SP, 2015.
- PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do Serviço Social. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Vitória, 2018.
- PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PORTELA, R. de S. **Políticas habitacionais em Cidades Amazônicas: Belém e São Luís na perspectiva comparativa**. Tese (Doutorado). NAEA/PPGSDU, Belém, 2011.

SANTANA, J. V. **Desmonte da política habitacional e trabalho social**. Youtube. Canal do Br Cidades. 12 mai. 2021. Disponível em: Br Cidades - YouTube. Acesso em: maio de 2024.

SANTOS, E. da P. dos A. **Fundamentos do Serviço Social: o desvendar teórico-metodológico do trabalho profissional no âmbito da política habitacional**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2021.